

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Tal como definidos no Capítulo XVIII da Carta, são os organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, com determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados membros. Gozam de plena autonomia técnica, observando, porém, as recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos. Este capítulo apresenta um resumo dos relatórios que, acatando as disposições dos artigos 127 e 91, f, da Carta, foram apresentados pelos seguintes Organismos Especializados:

a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);
o Instituto Interamericano da Criança (IIN); a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);
o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH);
o Instituto Indigenista Interamericano (III); eo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estabelecida pela Segunda Conferência Internacional Americana, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano, bem como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (AMRO/OMS). Sua missão é "orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados membros e outros parceiros no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas". Em seus esforços para elevar o nível da saúde, a OPAS direciona suas atividades para os grupos mais vulneráveis da sociedade, como as mães e as crianças, os trabalhadores, os pobres, os anciãos, os refugiados e as pessoas portadoras de deficiência. Atribui suma importância aos problemas relacionados com a equidade que afetam os que carecem de acesso aos serviços de saúde e, em conformidade com os princípios do pan-americanismo, insta os países a colaborarem em assuntos de interesse comum.

Desde fevereiro de 2003, com a tomada de posse da nova Diretora da OPAS, Doutora Mirta Roses Periago, vem-se trabalhando na reestruturação da Organização para torná-la mais eficiente e flexível e ampliar a sua capacidade de resposta às necessidades dos povos das Américas. Entre os elementos chave da transição para uma nova fase nas atividades da OPAS estão o novo orçamento, novos métodos de trabalho, uma nova estrutura que enfatiza o apoio direto aos países e um Plano Estratégico para o período 2003-07.

A OPAS aprofundou os temas de consenso na região, fez parcerias estratégicas para promover a equidade e superar as desigualdades e brechas nos níveis de saúde e gerou informações fidedignas para poder cumprir os objetivos da saúde pública nas Américas: criar e fomentar uma cultura genuína da saúde, ampliar os ambientes saudáveis, assegurar a qualidade e segurança dos serviços de saúde, proporcionar respostas eficazes às necessidades em matéria de saúde da população e melhorar a compreensão e a resposta aos fatores determinantes da saúde pública.

Continuou-se dando ênfase aos grupos especiais da população – os marginalizados ou discriminados, como os pobres, os grupos étnicos minoritários e as mulheres, as crianças e os anciãos – mediante a abordagem de temas críticos com um enfoque integrado que tenda a reduzir as desigualdades e eliminar a exclusão social.

Quadragésimo Quarto Conselho Diretor da OPAS

O Conselho Diretor da OPAS reuniu-se em Washington, de 22 a 26 de setembro de 2003, para discutir a situação atual da saúde. Os temas incluíram: atendimento primário da saúde nas Américas – os ensinamentos extraídos ao longo de 25 anos e os desafios futuros; a família e a saúde; manutenção dos programas de vacinação Eliminação da Rubéola e da Síndrome da Rubéola Congênita; a contribuição do atendimento integrado ao combate às doenças prevalentes da infância (AIEPI) para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio; pandemia da influenza – preparativos no continente americano; dengue; e repercussão da violência na saúde das populações americanas. Houve também a eleição de três Estados membros para integrar a Comissão Executiva com o término dos mandatos de El Salvador, Jamaica e Uruguai. Os novos Estados membros eleitos para fazer parte da Comissão são Argentina, Barbados e Costa Rica.

Plano Estratégico 2003-07

O Plano Estratégico para 2003-07 concentra-se nos seguintes aspectos:

Grupos de população

A OPAS continuará trabalhando com os Estados membros para identificar aqueles grupos em que as desigualdades no tocante ao estado de saúde ou ao acesso aos serviços de saneamento possam ser abordadas mediante formas de intervenções disponíveis e eficazes em função dos custos. Com esta finalidade, a OPAS concentrar-se-á nas populações com receitas limitadas e em situação de pobreza, nas mulheres, nas crianças e nos grupos étnicos e raciais, especialmente nos povos indígenas.

Países chave

Ao mesmo tempo em que a OPAS coopera com todos os Estados membros, dispensará uma atenção especial aos países pobres altamente endividados (PPAE), cujos níveis elevados de dívida externa restringem as possibilidades de aumentar as dotações orçamentárias em saneamento, bem como a outros países em que o estado de saúde da população seja muito deficiente e as instituições e a infra-estrutura sanitária sejam extremamente frágeis. A OPAS continuará liderando esforços estratégicos de colaboração entre países e parceiros, maximizando as iniciativas de desenvolvimento mais amplas para acelerar a melhoria da saúde nos países mais vulneráveis. Os países prioritários selecionados sob os critérios observados acima são a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua.

Áreas técnicas prioritárias

Os objetivos gerais da cooperação técnica da OPAS são promover a saúde e reduzir a mortalidade, a morbidade e a deficiência no ciclo de vida, particularmente entre a população pobre e outros grupos em situação de desigualdade quanto à saúde. Para atingir esses objetivos, a OPAS trabalhará nas seguintes áreas:

Prevenção, controle e redução das doenças transmissíveis. A OPAS está desenvolvendo redes de vigilância para doenças emergentes e reemergentes. Dará continuidade à sua programação contra a doença-de-chagas, o dengue, a oncocercose, a filariose linfática, helmintíase e hanseníase como problemas de saúde pública. Também será muito ativa nas linhas de ação da luta contra o HIV/AIDS, a malária e a tuberculose.

Prevenção e controle das doenças não-transmissíveis. A OPAS trabalha na prevenção de câncer do colo uterino e da violência. Está também aplicando um enfoque multissetorial com as iniciativas CARMEN (o conjunto de ações para a redução multifatorial das doenças não-transmissíveis) e AEIPI (atendimento integrado às doenças prevalentes da infância).

Promoção de estilos de vida e ambientes sociais saudáveis. Crescimento e desenvolvimento saudáveis incluem esforços para controlar o uso do tabaco, o desenvolvimento de adolescentes e espaços saudáveis.

Promoção de ambientes físicos seguros. A OPAS está trabalhando para melhorar a saúde dos trabalhadores com *La Caja de Herramientas para Promover los Entornos Saludables de Trabajo*, especialmente no setor informal da economia da América Central.

Preparação, gestão e reação ante os desastres naturais. A Repartição Sanitária Pan-Americana representa o Sistema Interamericano no grupo de trabalho mundial para a execução da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres. A Repartição Sanitária Pan-Americana também participa da elaboração do Plano Estratégico de Ação para a gestão de riscos e a resposta aos desastres no âmbito interamericano, respaldado pelos Estados membros da OEA. A OPAS colaborou nos temas relacionados com saúde e água potável do manual da CEPAL sobre avaliação do efeito socioeconômico dos desastres.

Garantia de acesso universal a sistemas de saúde integrados, equitativos e sustentáveis. Os eixos

de trabalho na área de políticas e sistemas de saúde são a extensão da proteção social em saúde, a reorientação das reformas setoriais, o fortalecimento da capacidade diretora das autoridades nacionais de saúde, da economia, do financiamento e da regulamentação em matéria de saúde. Um dos propósitos da cooperação técnica é que esses processos se baseiem firmemente no desenvolvimento, na execução e na avaliação de políticas públicas e nos objetivos nacionais de saúde.

Promoção de contribuições eficazes do setor sanitário às políticas sociais, econômicas, ambientais e de desenvolvimento. A OPAS organizou a conferência e o workshop sobre variabilidade e mudança climáticas e seus efeitos na saúde no Caribe. Também desenvolveu o Sistema Interamericano de Informações em Saneamento Ambiental (SISAM), um instrumento dinâmico de apoio aos países, destinado a fornecer um sistema de informações para cobrir aspectos institucionais básicos e de qualidade dos serviços e facilitar a coordenação entre as iniciativas setoriais.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA

O Instituto Interamericano da Criança (IIN) é um organismo especializado que contribui para articular as políticas públicas sobre a infância nas Américas, promover a relação do Estado com a sociedade civil e desenvolver uma consciência crítica a respeito dos problemas da infância nas Américas.

O IIN, seguindo o Plano Estratégico 2000-04, executou uma reestruturação orgânica tanto sob o aspecto programático como sob o administrativo. Avançou, assim, progressivamente para um novo equilíbrio entre despesas operacionais e despesas de pessoal, incrementando os produtos, as ferramentas técnicas para o desenho, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas, os modelos de assistência e os instrumentos de comunicação. Os níveis alcançados de qualidade, eficácia e eficiência vêm se refletindo no aumento significativo da demanda dos serviços que o IIN presta na região.

O ano de 2003 registrou um total de 160 atividades realizadas pelo IIN em 31 países:

119 intervenções técnicas: assistências, capacitações, workshops, conferências e cursos;
41 intervenções políticas: negociações, acordos, gestões diplomáticas e participação em fóruns da infância.

Muitas das atividades indicadas foram desenvolvidas a partir da sede, como os cursos de capacitação à distância, os concursos interamericanos e outras modalidades virtuais que se tornaram uma constante operacional do IIN. Cabe ressaltar o papel cumprido pelo site www.iin.oea.org na Internet, visitado em forma geometricamente crescente, e pelas páginas de Internet criadas para fortalecer linhas específicas de ação: www.cariin.org; www.cetinf.org e www.coordenacion.org.

O IIN continuou aprofundando os laços de cooperação com as organizações da sociedade civil como forma de ampliar a participação, melhorar a qualidade e a eficiência e otimizar o uso dos recursos humanos e materiais na área da infância. Em 2003, foram concretizados acordos, convênios, colaborações e atividades com 30 dessas organizações da sociedade civil de 14 países.

Também desenvolveu ações de coordenação e cooperação com 17 organismos ou organizações, públicas e privadas, de nível internacional ou regional.

A área de comunicações tem contribuído para projetar com vigor a presença do IIN na mídia da região graças à produção de vídeos e livros ilustrados e aos serviços oferecidos pela página na Internet. No âmbito de um novo Plano Estratégico, deverá ser consolidada uma verdadeira política de comunicação institucional.

A área de administração, seguindo o modelo promovido pela Direção-Geral, alcançou em 2003 uma melhoria na gestão, com o apoio do Departamento de Serviços Financeiros da OEA, na busca de um gerenciamento moderno e transparente que permitisse elaborar relatórios de primeira qualidade sobre temas orçamentários, financeiros e administrativos para os órgãos políticos do IIN e da OEA. A interconexão com o sistema OASES possibilitará o atendimento às necessidades de crescimento para gerar uma capacidade maior de serviços, sem necessidade de aumentar o quadro de pessoal ou os custos.

O orçamento do IIN para 2003 foi de U\$S1.567.700 provenientes do Fundo Ordinário da OEA e

que equivalem a 2% do orçamento geral da Organização.

Para poder atender a seus compromissos, mandatos e serviços, o IIN tem incorporado recursos provenientes de convênios, governos, organizações internacionais, ONGs e outras fontes de financiamento. Os fundos específicos provenientes dessas fontes e aqueles administrados pela OEA somavam US\$343.701 no início de 2003. Gestões do IIN conseguiram também contrapartidas da parte de instituições nacionais para projetos que receberam assistência técnica do IIN e que eram administrados por essas instituições. Esses fundos de contrapartida em 2003 totalizaram US\$1.913.404, o que representou 60% dos recursos disponíveis para o IIN.

A Direção-Geral projeta para 2005 dispor de apoio para o desenvolvimento de uma estratégia que lhe permita duplicar o orçamento para despesas operacionais. A reestruturação orgânica do IIN resultou em uma oferta maior de serviços sob o enfoque de direitos e em uma presença regional crescente trabalhando em prol da infância. O IIN está se aproximando do ponto de equilíbrio de 50/50 no orçamento para pessoal e para despesas operacionais. No entanto, sua concretização não poderá ser o resultado de novos cortes de pessoal – reduzido já além do desejável – mas do aumento dos recursos operacionais, o que, em termos absolutos, não representa cifras significativas. O apoio a esta estratégia de fortalecimento do organismo especializado de infância do Sistema Interamericano significa que se está fazendo o possível para cumprir mandatos prioritários das Cúpulas, das Assembléias Gerais e dos Conselhos Diretores – os que dizem respeito às crianças.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA no que se relaciona à questão de gênero no Hemisfério. Tem por objetivo promover e proteger os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais da mulher e, nesse contexto, informar os governos sobre os progressos realizados e os problemas a considerar, e formular estratégias para superá-los.

As atividades da CIM para o ano 2003 foram orientadas pelo Programa Bienal de Trabalho 2002-04 e pelos mandatos aprovados pela Trigésima Primeira Assembleia de Delegadas da CIM, bem como pelos mandatos recebidos do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA e da Cúpula das Américas. Dedicou-se uma atenção maior e especial às atividades ligadas à implementação do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA).

Integração da perspectiva de gênero nas reuniões de nível ministerial

Em 2003, a CIM elaborou recomendações para a integração da perspectiva de gênero nos programas e políticas dos Ministérios da Educação. Estas foram apresentadas na Terceira Reunião de Ministros da Educação realizada na Cidade do México, de 11 a 13 de agosto de 2003. Em dezembro de 2003, a CIM convocou uma reunião de acompanhamento (SEPIA-III), com peritos de governos e da sociedade civil, a fim de analisar os resultados da reunião ministerial e promover estratégias para a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas e nos programas dos ministérios. Foram convidadas a participar as Delegadas Titulares da CIM, peritos dos Ministérios da Educação e organismos não-governamentais (ONGs) com experiência na área de gênero e educação. Em 2004, as recomendações emanadas da reunião serão enviadas aos Ministros da Educação, à Comissão Interamericana de Educação, a todas as Delegadas da CIM e aos participantes do evento. Realizar-se-á um processo semelhante, em colaboração com o Departamento de Ciência e Tecnologia da OEA, para o encaminhamento de recomendações sobre a integração da perspectiva de gênero à Reunião dos Ministros de Ciência e Tecnologia, a realizar-se em 2004.

Em conformidade com o mandato da Assembleia de Delegadas de apoiar e promover no Hemisfério a execução da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como a plena participação das mulheres na prevenção de conflitos e na consolidação da paz, a CIM, com o apoio da *Women Waging Peace* (WWP), promoveu com êxito a incorporação do tema sobre mulheres, paz e segurança na Declaração da Conferência Especial sobre Segurança realizada no México, em novembro de 2003. Em julho, realizou-se uma videoconferência, com a finalidade de examinar a integração da perspectiva de gênero em questões de segurança hemisférica e analisar a contribuição das mulheres aos processos hemisféricos de paz e reconstrução. Entre os membros do painel encontravam-se o Presidente da Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente da OEA e representantes de organizações de mulheres que trabalham pela paz e pela reconstrução na Colômbia, em El Salvador, na Guatemala e na Nicarágua. A videoconferência foi transmitida via Internet no portal da OEA.

Treinamento em gênero na OEA

Chegou ao final a primeira fase do projeto conjunto CIDA/CIM-OEA, iniciado em 2001 com o apoio do Governo do Canadá e da Secretaria-Geral, para treinar os funcionários da OEA,

incluindo diretores e pessoal de campo, na integração da perspectiva de gênero em todos os programas e políticas da Organização. O treinamento começou em novembro de 2002 e, até essa data, 199 funcionários cujo trabalho está relacionado com políticas ou desenho, execução ou avaliação de projetos receberam treinamento. A CIM esteve ativamente envolvida na preparação do programa e, em novembro de 2003, a Secretaria Executiva da CIM foi nomeada diretora do projeto e de seu acompanhamento.

Participação da mulher nas estruturas de poder e do processo decisório

A CIM continua como co-patrocinadora e membro do Conselho Diretor do Programa de Representação e Liderança da Mulher (PROLID), do BID, que financia projetos para promover a liderança da mulher no Hemisfério. No ano passado, a CIM, em sociedade com a UPD e o PROLID, patrocinou o “Primeiro Curso Andino para Jovens Políticas sobre Democracia e Gestão Política”. A CIM também colaborou com a UPD na organização da sessão de trabalho denominada “O financiamento da participação política das mulheres é um obstáculo?”. Além disso, em colaboração com o Conselho de Mulheres Líderes Mundiais (*Council of Women World Leaders*) organizou a primeira reunião mundial de representantes de unidades de gênero de organizações intergovernamentais.

Direitos humanos da mulher e eliminação da violência contra a mulher

A CIM continua promovendo a ratificação, por parte de todos os Estados membros da OEA, da Convenção de Belém do Pará. Em seguimento de um mandato da Assembléia de Delegadas da CIM [CIM/RES. 224 (XXXI-O/02)], que foi posteriormente aprovado pela Assembléia Geral da OEA [AG/RES. 1942 (XXXIII-O/03)], a CIM está realizando o trabalho preparatório para desenvolver um mecanismo de acompanhamento da Convenção de Belém do Pará. Quando este mecanismo estiver concluído, o Secretário-Geral deverá convocar, em coordenação com a CIM, uma reunião dos Estados membros para a adoção de uma decisão sobre o modo mais apropriado de dar acompanhamento à Convenção. As informações pertinentes podem ser encontradas no documento CIM/CD/doc.15/03 rev. 1 e adendo.

A CIM continua trabalhando no desenvolvimento do projeto Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças para a Exploração Sexual nas Américas. A Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas da CIM aprovou a resolução CIM/RES. 225 (XXXI-O/02), que reconhece a importância do tema e encarrega a CIM de continuar seu trabalho, e o Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA aprovou a resolução AG/RES. 1948 (XXXIII-O/03), na qual a CIM é solicitada a informar anualmente sobre o progresso alcançado e a Secretaria-Geral é instruída a nomear um Coordenador da OEA sobre o tema, sediado junto à Secretaria Permanente da CIM.

A CIM também recebeu financiamento da USAID para prosseguir com a fase dois, a saber, a pesquisa sobre o fortalecimento institucional no México, na Bolívia e em Belize em colaboração com a Organização Internacional de Migrações (OIM). Além disso, a OIM, como agência executora, e a CIM iniciarão a pesquisa no Caribe de língua inglesa.

Em novembro de 2003, com o apoio do Departamento de Informação Pública (DPI) da OEA, foi levada a cabo a videoconferência “Tráfico de pessoas, especialmente mulheres, adolescentes e crianças: Compartilhando as melhores práticas para prevenir e proteger as vítimas e punir os traficantes”, com o objetivo de criar consciência sobre os problemas que o tráfico de pessoas representa na América Latina e no Caribe. A videoconferência teve uma duração de duas horas e foi patrocinada pelo IIN e pela CIM. A moderadora foi a Senhora María Elena Salinas, jornalista

destacada de notícias do canal hispano UNIVISION. Entre os painelistas encontravam-se peritos no tema da OIM e do Governo e da sociedade civil da República Dominicana e da Costa Rica, bem como representantes do Escritório para Combater o Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da CIM. A videoconferência foi transmitida via Internet na webpage da OEA.

Cumprimento dos mandatos da Cúpula das Américas

A CIM continua trabalhando na implementação dos mandatos emanados pela Cúpula das Américas. Seguem algumas das ações e projetos realizados em seu cumprimento: 1) Trabalho em conjunto com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), especialmente no desenvolvimento das recomendações para a incorporação da perspectiva de gênero encaminhadas aos Ministros da Justiça ou Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, bem como na área de violência contra a mulher; 2) Implementação do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero: Integração da perspectiva de gênero nas reuniões em nível ministerial (SEPIA-III, Gênero e Educação); e acompanhamento da SEPIA-I, Gênero e Trabalho, e da SEPIA-II, Gênero e Justiça; 3) Treinamento em gênero dentro da OEA para funcionários que elaboram políticas ou desenvolvem projetos; 4) Continuação dos projetos de pesquisa sobre violência contra a mulher e sobre tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual nas Américas e implementação das recomendações emanadas de ambos os projetos.

Promoção e divulgação

Em comemoração do seu 75º aniversário, a CIM e a Associação de Pessoal da OEA patrocinaram um evento em que onze meninas entre 8 e 13 anos de idade, provenientes de diversos países do Hemisfério, pintaram um mural cujo tema foram as realizações das mulheres. Produziu-se um vídeo sobre o processo de criação da obra. Além disso, com o Departamento de Informação Pública da OEA, a CIM está produzindo um vídeo sobre mulher e liderança.

A CIM continua atualizando sua página na Internet, na qual inclui artigos, links para outros sites na web, informações sobre as realizações, atividades, reuniões e relatórios da CIM e da Secretaria Permanente.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, treinamento em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos da cartografia, geografia, história e geofísica.

Eleição de novas autoridades

Na Trigésima Sétima Reunião do Conselho Diretor, na Guatemala, de 6 a 10 de outubro de 2003, o Mestre em Ciências Santiago Borrero Mutis, da Colômbia, foi eleito como Secretário-Geral do IPGH para o período 2003-05. Em 8 de dezembro, mediante votação oficial certificada, foram eleitos o Engenheiro Rodrigo Barriga Vargas e a Cartógrafa Alejandra Coll Escanilla, do Chile, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Cartografia.

Cooperação técnica

No contexto da agenda da OEA, realizou-se a convocação de Projetos de Assistência Técnica para 2004, bem como a convocação ao Prêmio de História Colonial da América “Silvio Zavala”. Em resposta à primeira convocação, foram recebidas 59 solicitações, tendo sido aprovados, para 2003, 26 projetos de pesquisa e treinamento no montante de US\$162.570, a serem executados em 12 países. Na segunda convocação, concorreram 13 obras. A vencedora foi *Tierra y comunidad, un problema irresuelto*, de Diana Bonett, e a entrega do prêmio foi realizada em fevereiro de 2004, no 76º Aniversário do IPGH.

Neste período, as quatro comissões de trabalho realizaram suas reuniões técnicas, que acontecem a cada quatro anos. Essas reuniões são de suma importância para o Instituto e para o desenvolvimento da Carta Democrática Interamericana, posto que nelas se analisam os avanços e as realizações dos projetos em execução, se elaboram e planejam políticas e linhas de ação e pesquisa de cada comissão para o quadriênio seguinte.

Assim, da Reunião Técnica de Cartografia, O Futuro dos Dados Fundamentais nos Estados Membros e na Região do IPGH, em São José, Costa Rica, de 24 a 27 de junho, participaram representantes de 12 Estados membros e países Observadores Permanentes. Nela dispensou-se atenção aos requisitos para incentivar a produção e o acesso à informação digital territorial para o desenvolvimento sustentável, em um contexto de participação do cidadão.

A Reunião de Geografia, Geografia Americana e Seus Desafios para o Desenvolvimento Sustentável, em Lima, Peru, de 3 a 6 de agosto de 2003, contou com a presença de 35 geógrafos dos Estados membros. Foi inaugurada pelo Ministro da Educação do Peru e realizou-se na Universidade Nacional Maior de São Marcos (UMSM).

A Reunião Técnica de História em Santa Cruz de la Serra, Bolívia, de 18 a 22 de agosto de 2003, foi realizada simultaneamente com o Primeiro Congresso Sul-Americano de História e com o Quinto Simpósio Pan-Americano de História, evento científico continental que reuniu destacados historiadores das Américas.

A Reunião Técnica de Geofísica, na Cidade do México, México, de 21 a 24 de outubro de 2003, foi realizada na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), juntamente com o Primeiro Congresso de Geofísica Ambiental das Américas, com a participação de especialistas

para discutir temas e metodologias relevantes à gestão de recursos hídricos, mudança climática e seu impacto, gestão de resíduos e aproveitamento de recursos.

Pela segunda vez, o Instituto foi solicitado pelos Governos de El Salvador e Honduras a participar tecnicamente da demarcação fronteiriça entre dois de seus Estados membros. Cabe destacar que esta responsabilidade conferida ao IPGH, com o apoio da Secretaria-Geral da OEA, lhe atribuiu um papel ativo na solução de uma controvérsia territorial entre dois Estados, o que indica a confiança depositada no IPGH, em sua neutralidade e qualidade técnica para tratar desses assuntos.

Trabalho editorial

Na área de publicações, o Instituto destinou o montante de US\$24.563 para suas publicações periódicas e avulsas. Com esses recursos, foram editadas as seguintes publicações de caráter periódico: *Revista Cartográfica* N°s 74-75; *Revista Geográfica* N° 132; *Revista de História da América* N° 130; *Revista Geofísica* N° 57; e, em versão eletrônica disponível na página do Instituto na Internet, os *Boletines Aéreos* N°s 274 (janeiro-abril), 275 (maio-agosto) e 276 (setembro-dezembro).

Entre as publicações avulsas, destacam-se *Estudios sobre historia y ambiente en la América*, Volume II (América do Norte, América do Sul e Pacífico) e *Visión de América Latina. Homenaje a Leopoldo Zea*.

Reuniões estatutárias

Em 5 e 6 de junho, realizou-se a LIX Reunião de Autoridades, na Cidade do México, México. A Comissão Assessora de Planejamento e Avaliação Financeira (APEF) reuniu-se em 5 e 6 de agosto na Cidade do México, México. Na Cidade da Guatemala, Guatemala, em 5 de outubro, realizou-se a LX Reunião de Autoridades e, de 6 a 10 de outubro, o Trigesimo Oitavo Conselho Diretor, no qual foram aprovadas 33 resoluções.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

Criado pela Convenção Internacional de Pátzcuaro em 1940, o Instituto Indigenista Interamericano tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover trabalhos de pesquisa e treinamento de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas.

Orçamento

Em 31 de dezembro de 2003, o Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Peru se encontravam em dia com o pagamento de suas cotas; a Nicarágua pagou três anualidades atrasadas. As cotas pagas de 2003 representam 77% do total anual.

Acordo de Sede

O acordo de sede com o Governo do México foi assinado em 6 de fevereiro de 2003 e ratificado pelo Senado em 29 de abril de 2003; o decreto foi assinado pelo Presidente Vicente Fox Quesada em 18 de julho de 2003.

Biblioteca

A Biblioteca do Instituto permaneceu em um depósito por quase 12 anos. Atualmente, todo o seu acervo, que chega a 10.000 livros e 40.000 exemplares de revistas, está sendo desembalado e colocado em estantes. Na coleção, foram catalogadas 30.722 publicações e 11.204 artigos de revistas.

Arquivo histórico

Organizou-se cerca de 20% do arquivo anterior a 1980. Deu-se continuidade à sua digitalização para protegê-lo fisicamente e para a entrega posterior de cópias aos povos indígenas.

Página na Internet

No final de junho de 2002, foi lançada a página do Instituto na Internet (www.indigenista.org). Até 31 de março de 2003, o site tinha recebido 280.000 visitas e foram baixados 2,5 gigabytes de informações (em formato Word). Do lançamento da página até 31 de dezembro de 2003, o número de visitas foi de 785.000 e foram baixados 8,79 gigabytes de informações (em formato Word).

Publicações

Em 31 de janeiro de 2004, os quatro números da revista *América Indígena* do Instituto correspondentes a 2003 estavam disponíveis gratuitamente na página da Internet. Além disso, publicou-se o livro *Pueblos indígenas y derechos constitucionales en América Latina: un panorama*, de Cletus Gregor Barié, realização conjunta do Instituto, da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas (CDI) e Abya Yala, Banco Mundial (Fideicomiso Noruega). Ademais, foram publicadas mais de 30 obras em CD.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário. Seu objetivo é estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural contínuo.

Em 2003, o IICA, além de executar atividades de cooperação nos Estados membros, efetuou ações transcendentais para cumprir os mandatos sobre agricultura e vida rural da Terceira Cúpula das Américas e os termos da Declaração dos Ministros de Agricultura de Bávaro, República Dominicana, em 2001. Entre outras, o Instituto realizou as seguintes atividades:

Atualizou, em conjunto com atores chave da área – setores público e privado, academia e sociedade civil – as Agendas Nacionais e Regionais de Cooperação Técnica 2002-06.

Preparou relatórios anuais para as autoridades de cada Estado membro, no espírito de prestação de contas, informando sobre as ações desenvolvidas em 2002 em cada país, como parte da execução das Agendas de Cooperação Técnica.

Elaborou uma agenda hemisférica que promove o desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade das comunidades rurais do Hemisfério. Essa agenda está baseada em ações temáticas e intertemáticas, que cruzam transversalmente as áreas estratégicas do Instituto e permitem responder às prioridades de desenvolvimento dos Estados membros.

Foram reforçados os laços entre o IICA e a OPAS, enfocando esforços conjuntos para eliminar a fome e a desnutrição que atinge muitas pessoas na América Latina e no Caribe. Também foram concretizadas iniciativas no âmbito do Grupo Interagencial de Desenvolvimento Rural, do qual o Instituto participa, juntamente com o BID, o FIDA, o Banco Mundial, a FAO, a CEPAL, a USAID e a GTZ.

Assinou um acordo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o qual permite estreitar relações para promover de maneira mais efetiva os processos de desenvolvimento rural, a igualdade de direitos entre as zonas rurais e urbanas, a paz social e a democracia.

Implementou o Programa Interamericano de Promoção do Comércio, dos Agronegócios e da Inocuidade de Alimentos, com sede em Miami, que tem como objetivos ajudar os Estados membros a inserir-se com êxito nos mercados mundiais, oferecendo informações e serviços de alta qualidade ao setor agrícola e agroindustrial; e a integrar, promover e desenvolver capacidades de exportação para facilitar o acesso aos mercados internacionais.

Efetuiu uma avaliação externa do Programa de Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos. No acompanhamento dessa avaliação, o Comitê Executivo do IICA aprovou o plano de trabalho em resposta às suas recomendações e à solicitação aos Estados membros no sentido de que considerem a realização de contribuições além das cotas para facilitar sua implementação.

Estabeleceu um novo sistema de gestão de recursos humanos que inclui inovações no sistema de classificação e remuneração, renovação nas práticas de recrutamento, novos processos para a avaliação do desempenho e introdução de ferramentas para o desenvolvimento dos recursos humanos da instituição.

Aprovou uma estratégia para arrecadar as cotas devidas ao Instituto, a qual insta os Estados membros devedores a formalizarem acordos de pagamento de cotas pendentes com o Instituto, para permitir-lhe o cumprimento pleno de seus mandatos.

Realizou a Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural e a Décima Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura. Na Reunião Ministerial, adotou-se o Plano de Ação AGRO 2003-15, que inclui orientações para a agricultura do Hemisfério para esse período. O último dia foi dedicado à Junta Interamericana de Agricultura (JIA), e nele os Ministros analisaram o andamento do Instituto. Sob o título “Mais que alimentos na mesa: A verdadeira contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico”, o IICA apresentou os resultados de uma pesquisa que demonstra que a agricultura tem uma importância muito maior para o desenvolvimento econômico e social que a mostrada pelos números das contas nacionais. Também foi apresentado o estudo “Ministérios da Agricultura frente ao século XXI: Desafios e oportunidades”, elaborado pelo IICA.